

363 GDF também vai investigar

O Governo do Distrito Federal vai constituir comissão para averiguar as denúncias de irregularidades no convênio assinado pelo Ministério da Ação Social com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan). O secretário da Fazenda, Everardo Maciel, reconheceu ontem que foi um "erro grotesco" a data de assinatura do convênio ser 31 de dezembro de 1990, quando o governador Joaquim Roriz ainda não tomara posse. Maciel atribuiu, porém, ao ministério, a responsabilidade pela falha, considerada por ele, do ponto de vista legal, "absolutamente irrelevante", já que o convênio só passou a ter validade a partir da sua publicação no *Diário Oficial da União*, em 19 de janeiro de 1991. O secretário disse também que é um fato corriqueiro na administração pública convênios serem assinados sem data.

De acordo com Maciel, existem no estatuto da Codeplan dispositivos que justificam a empresa ter assinado o convênio com o Ministério da Ação Social. Do ponto de vista administrativo, o secretário admitiu que o Governo do Distrito Federal não tinha nenhum interesse na construção de galpões em outros estados do País. Ele não garantiu, mas imaginou que o Distrito Federal, por uma cortesia e um acordo informal feito com o Governo Federal, aceitou ser um repassador de verbas do convênio para outros estados, já que, no começo do governo Collor, muitas empresas públicas, com as mesmas finalidades da Codeplan, foram extintas.

Segundo o secretário, a dispensa de licitação na contratação da Fundação Fraternidade Essência do Brasil tem respaldo no Decreto-Lei nº 2.300. Maciel disse que a fundação é registrada no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) como entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e detinha exclusividade, aferida pelas associações comerciais, na construção de galpões pré-moldados.

Respostas — A assessoria do governador Joaquim Roriz enviou ontem nota ao **CORREIO BRAZILIENSE** em que rebate questões relacionadas a seu depoimento à CPI do Orçamento. As colocações de Roriz dirigem-se especialmente às denúncias do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

□ Sérgio Miranda é autor da denúncia de que Roriz assinou convênio do GDF com o Ministério da Ação Social em 31 de dezembro de 1990, quando ainda não era governador. O convênio liberava, 1,2 milhão de dólares para a Fundação Fraternidade Essência, com interveniência da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), destinados à construção de galpões para servir de sede a unidades profissionalizantes. Para o deputado, a liberação de recursos antes de tomar posse consiste em crime de falsidade ideológica.

De acordo com a assessoria de Roriz, atos normativos só entram em vigor após sua publicação, conforme estabelece a Constituição e o Código Civil. Daí porque o mais relevante é a data da publicação. Além disso, a defesa do governador do DF diz que a entidade que transfere recursos, no caso o ministério, é que data e publica o documento. Portanto, cabe ao ministério esclarecer virtuais discrepâncias entre a assinatura e a data de publicação. "Quanto à Codeplan, seu estatuto social habilita a Companhia a exercer, em todo o País, atividades relacionadas com seus objetivos. A abrangência da atuação da Codeplan deve-se à sua origem anterior à autonomia do Distrito Federal (1988), quando o governador de Brasília ainda era nomeado pelo Governo Federal". A empresa, prossegue a assessoria de Roriz, não atua apenas na área de informática. Suas funções incluem pesquisas, levantamentos estatísticos e cartográficos, planejamentos econômicos, social e urbano, entre outras.

□ Apoiado no resultado de auditoria realizada no final de dezembro pelo Tribunal de Contas da União, ainda não submetido a voto pelo plenário, o deputado Sérgio Miranda aponta supostas irregularidades nas obras de ampliação do Sistema Penitenciário

do da Papuda, do DF. De acordo com o parlamentar, foram detectados três problemas: a carta de fiança apresentada pela empresa vencedora da licitação seria inconsistente, por falta de garantias reais; teria havido "acerto" de preços nas propostas apresentadas pelas dez empreiteiras concorrentes; e os custos de construção estariam superfaturados.

A assessoria de Roriz garante que "auditoria semelhante realizada em dezembro pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Justiça (Siset/MJ) apresentou resultado diametralmente oposto — as obras de ampliação do Sistema Penitenciário da Papuda foram consideradas absolutamente regulares, com um único ponto coincidente com o trabalho dos auditores do TCU: a carta de fiança. Com base na recomendação dos técnicos da Siset/MJ, a Secretaria de Segurança Pública determinou, em dezembro, a substituição da garantia apresentada pela construtora, exigindo então que o novo documento seja uma carta de fiança bancária. A substituição deverá ocorrer já nos próximos dias e não houve qualquer prejuízo para a administração pública".

"O deputado Sérgio Miranda se referiu ao "acerto" de preços entre as empresas concorrentes, mas omitiu trecho do relatório em que os auditores do Tribunal de Contas afirmam que as empresas não tiveram qualquer acesso às planilhas de custos da Secretaria. Quanto ao suposto superfaturamento, os auditores do Tribunal recorreram a um critério equivocado para dimensionar os custos: compararam os preços de metro quadrado de área construída de uma penitenciária com os preços do metro quadrado de construção de uma residência.

Durante depoimento prestado pelo governador Joaquim Roriz à CPI do Orçamento, o deputado Sérgio Miranda acusou o Governo do Distrito Federal de ter desviado recursos destinados à construção da rede de esgoto do Lago Norte, previstos em emenda do deputado Sigmaringa Seixas, para construção de rede de esgoto de Planaltina.

□ A assessoria do governador nega o desvio.